

duca

Arinos recusa adiantar decisão sobre mandato presidencial

Da Sucursal de Brasília

Um embate entre presidencialistas e parlamentaristas marcou a primeira sessão da Comissão de Sistematização destinada a votar a nova Constituição. Durante vinte minutos, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), do grupo parlamentarista, discutiram a possibilidade de votação dos artigos constantes das Disposições Transitórias junto aos respectivos títulos do



texto constitucional permanente. Assim, a duração do mandato do presidente José Sarney seria votada logo em seguida ao sistema de governo.

Embora tenha aceito o pedido de Sant'Anna num primeiro momento, após uma acirrada discussão entre os dois constituintes, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, um dos defensores históricos do sistema parlamentarista, adiou sua decisão. "Estão tentando me afastar da matéria a ser votada. O presidente, como mineiro, não cai nessa armadilha", disse Arinos.

Arinos acatou uma sugestão do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que propôs que a decisão fosse

analisada e "meditada com calma" junto ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e fosse comunicada na sessão de hoje, marcada para as 15h.

Sant'Anna quase conseguiu aprovar seu pedido. Num plenário tumultuado fez a proposta e recebeu a concordância de Arinos. Imediatamente, Pimenta da Veiga questionou o assunto e o presidente da Sistematização recuou. Novamente Sant'Anna interveio e pediu que o plenário da Comissão julgasse a questão, porque Arinos havia concordado anteriormente. Pimenta citou o regimento interno da Comissão de Sistematização, que veta este tipo de consulta.

Gradualistas apresentam proposta

O grupo suprapartidário que defende a implantação gradual do sistema parlamentarista de governo levou ontem sua proposta ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para que este a encaminhe ao presidente José Sarney. A proposta, com 27 assinaturas de membros da Comissão de Sistematização, foi entregue pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ) a Sant'Anna no gabinete da liderança do governo, às 17h45.

Pela proposta dos gradualistas o presidente José Sarney terá seis anos de mandato. Assim que a nova Constituição for promulgada, Sarney indicará a seu critério um primeiro-ministro, passível de demissão sem que o ato seja encaminhado à Câmara dos Deputados. Em 1989 o presidente da República deverá indicar o primeiro-ministro à Câmara, mas a aprovação do seu nome pelos parlamentares necessitará de apenas dois terços dos votos. Em 1990, o parlamentarismo será implantado para valer, com moção de censura, voto de desconfiança e dissolução da Câmara.

Além do senador Afonso Arinos, participaram do ato de entrega do documento do grupo gradualista a Carlos Sant'Anna os senadores José Richa (PMDB-PR), Wilson Martins (PMDB-MS) e Marcondes Gadelha (PFL-PB) e os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Gastone Righi (PTB-SP), José Tavares (PMDB-PR), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Júlio Campos (PFL-MT), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Ao entregar a proposta a Sant'Anna, o senador Afonso Arinos disse que a intenção era mostrar ao presidente José Sarney que os parlamentaristas nada têm contra sua pessoa nem contra seu governo. Mas, por convicção, defendem o sistema parlamentarista por entender que é menos sujeito a crises políticas. Por isso, segundo Arinos, o grupo propõe a transição de 24 meses para que ninguém diga que está pretendendo cassar o mandato de Sarney.

O bloco parlamentarista à esquerda, liderado pelo senador José Fogaça

(PMDB-RS), e os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Luiz Henrique (PMDB-SC) não concordam com a implantação do parlamentarismo em 24 meses. Euclides Scalco, líder interino do PMDB no Congresso constituinte, disse que o grupo mantém a posição de quatro anos para o presidente José Sarney e aceita o prazo de um ano para a transição do sistema presidencialista para o parlamentarista.

As divergências entre os dois grupos existem apenas no que diz respeito ao prazo de implantação do sistema parlamentarista. As normas permanentes, do corpo da Constituição, não motivam mais nenhuma discordância. Em reuniões realizadas na terça-feira à noite na casa do senador José Richa e anteontem na casa do senador Afonso Arinos, os dois grupos fecharam o acordo para a votação, na sistematização, do sistema parlamentarista. A figura do colégio eleitoral para a eleição do presidente, prevista no segundo substitutivo de Bernardo Cabral, será retirada.

ALGUNS PONTOS POLÊMICOS EM DEBATE NA SISTEMATIZAÇÃO

Como começou	Como estava	Como pode ficar
Sistema de governo		
Conforme proposta da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, o presidente da República ficava apenas como chefe de Estado, cabendo ao primeiro-ministro "exercer a direção superior da administração federal". Prevê "moção reprobatória" ao plano de governo que o primeiro-ministro ficava obrigado a apresentar em dez dias ao Congresso, por iniciativa de um quinto dos deputados Federais e aprovação da maioria dos seus membros.	O Cabral-2 mantém o presidente como chefe de Estado e dá ao primeiro-ministro a mesma competência fixada pela Comissão. Moções de censura só poderiam ser apresentadas após seis meses do posse do primeiro-ministro. A eleição presidencial seria direta no primeiro turno, mas, se nenhum candidato obtivesse maioria absoluta, o Congresso elegeria o presidente entre os dois mais votados.	A grande batalha é em torno do prazo para implantação do parlamentarismo, a ser definido nas normas transitórias e não no corpo permanente. O governo quer o presidencialismo, mas dá sinais de que engolirá o parlamentarismo, se só for implantado em 89. Os parlamentaristas estão divididos entre os que querem a vigência do sistema logo após a promulgação da Constituição, os que preferem implantá-lo em 89 e os que desejam jogá-lo para 1990.
Reforma Agrária		
O texto da Comissão de Ordem Econômica não previa imissão (concessão imediata) de posse, mas vistoria prévia, pela Justiça, em "ritmo sumariíssimo", antes de qualquer desapropriação. Define elasticamente o conceito de "função social", sem a qual o imóvel ficaria sujeito a desapropriação.	Pelo Cabral-2, a imissão de posse depende de pronunciamento da Justiça, que tem noventa dias para se manifestar. Transfere à lei ordinária os requisitos para a definição do cumprimento ou não da função social do imóvel sujeito à desapropriação.	A UDR promete "jogar na lata do lixo" o texto referente à reforma agrária do substitutivo Cabral. Os "moderados" do PMDB pretendem abrir outra instância judicial de decisão, no caso de a primeira instância não se definir em noventa dias. A esquerda quer agilizar mais o mecanismo de desapropriação.
Papel das Forças Armadas		
Segundo a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições: "As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem".	No Cabral-2, "as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem".	A esquerda e os "progressistas" do PMDB foram contrários à primeira redação da Comissão. A redação atual deve permanecer.
Reforma tributária		
O texto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças previa a redistribuição das receitas tributárias do atual nível de 44,69% para a União, 37,51% para os Estados e 17,8% para os municípios para 36% para a União, 40% para os Estados e 24% para os municípios.	O Cabral-2 manteve a mesma estrutura formulada na Comissão.	O presidente José Sarney está desencadeando uma ofensiva contra este trecho, sob o argumento de que ele redistribui recursos, mas não redistribui encargos. A ofensiva do Planalto e do Ministério da Fazenda não obteve sucesso até agora, já que os deputados, sarneyzistas ou não, correm o risco de ficar sem sua base eleitoral se não reforçarem os cofres de Estados e municípios.
Liberdade profissional		
O relatório da Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher era omissivo quanto à questão.	Cabral-1: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir. Mas esta não poderá impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes, e só estabelecerá regime de exclusividade para o exercício de profissão que possa causar risco à saúde física ou mental, à liberdade, ao patrimônio ou à incolumidade pública". Cabral-2: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir".	A Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) manteve seu lobby para que esta última redação seja mantida.
Estabilidade no emprego		
O relatório da Comissão da Ordem Social assegurava a "estabilidade desde a admissão no emprego, salvo cometimento de falta grave comprovada judicialmente, facultado contrato de experiência de noventa dias".	No Cabral-2, estava entre os direitos dos trabalhadores "garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em: a) contrato a termo, nas condições e prazos de lei; b) falta grave, assim conceituada em lei; c) justa causa, fundada em fato econômico intrínseco, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".	Os constituintes de esquerda, sobretudo do PT, são minoritários para manter essa redação, que os "conservadores" e liberais pretendem derrubar por destaque.

PT e PDT devem usar obstrução como tática

Da Sucursal de Brasília

A ala mais à esquerda do Congresso constituinte — formada pelo PT, PDT e pelos peemedebistas do Movimento de Unidade Progressista (MUP) — apresentou ontem à Comissão de Sistematização o requerimento pedindo a votação de destaques em separado e o fim dos pedidos de preferência para votação dos destaques. Com estas duas medidas, no primeiro dia da votação dos destaques na Comissão, os "progressistas" deram uma amostra da estratégia que deverão utilizar em toda a votação do substitutivo: a obstrução.

O destaque em separado só é previsto no regimento do Senado. Pelas normas da Câmara, os destaques só podem visar a supressão, substituição, modificação ou adição ao texto. Através desse novo procedimento, os progressistas podem obstruir a votação pois, pelo mecanismo, retira-se do substitutivo o trecho desejado (seja um artigo, capítulo, ou todo um título) para uma votação à parte, sendo necessário, para colocar outro em seu lugar, maioria absoluta dos 93 membros da Comissão de Sistematização (47 votos).

Outra batalha que a ala esquerda vai travar daqui para frente é contra a rejeição de destaques em bloco, ventilada pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização. Para esta rejeição ocorrer, basta a maioria simples (metade mais um dos parlamentares presentes no momento da votação).

Para deputado, Sarney aceita alterar impostos

Da Sucursal de Brasília

Os deputados Fernando Coelho (PMDB-PE), 29, centro, e Albérico Cordeiro (PFL-AL), 44, centro, "conqueram" o presidente José Sarney de que a reforma tributária defendida pelo bloco de 292 constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, "não vai prejudicar as regiões mais carentes, nem reduzir a capacidade de investimentos do governo" como prevê o documento elaborado pelo Ministério da Fazenda, afirmou Fernando Coelho. O documento foi entregue pelo ministro Bresser ao presidente no último domingo pela manhã.

As principais críticas feitas pelo documento do Ministério da Fazenda à proposta dos constituintes são de que irá provocar redução da capacidade de investimentos do governo federal e, portanto, "de promover a diminuição de desigualdades regionais" e que a liberdade de os Estados fixarem alíquotas máximas do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) nas operações internas, "pode acabar ou reduzir drasticamente a receita de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), um dos pilares do Fundo de Participação dos Estados, do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo Especial".

Os dois parlamentares alegam, contra as teses da Fazenda, que a alíquota máxima para o ICM poderá ser limitada pelo Senado, conforme prevê o substitutivo do relator Bernardo Cabral.

D. Luciano critica discussão sobre sistema de governo

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que lamenta que a escolha do regime de governo pelo Congresso constituinte "consagre tanto tempo e tanto papel" quando o povo está exigindo reformas urgentes. Ele afirmou que qualquer que seja o regime adotado, presidencialismo ou parlamentarismo, se assumido "por pessoas competentes e respeitadoras da democracia podem, com as respectivas limitações, serem úteis historicamente ao país".

Ele afirmou que mais importante do que a definição do regime de governo é a necessidade de um programa integrado de habitação, alimentação, atendimento de saúde e educação. D. Luciano disse que é fundamental também que haja uma revisão do sistema de trabalho e salário, diminuindo a diferença entre o maior e o menor salário. Entretanto, observou que para a Igreja as reformas agrária e urbana são questões mais relevantes.

Cimi

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo do Xingu (MT), d. Erwin Krautler, qualificou ontem de "genocida, etnocida e indigno da consciência cívica e cristã do povo" o capítulo que trata da questão indígena, no novo substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. Ele constatou que os dispositivos pré-constitucionais "cassam a cidadania dos índios brasileiros" por considerá-los "absolutamente incapazes".